

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA LINHARES GERAÇÃO S.A.**

**ENTRE**

**LINHARES GERAÇÃO S.A.**

*COMO EMISSORA*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**


*COMO AGENTE FIDUCIÁRIO*

**E**

**LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**

*COMO INTERVENIENTE GARANTIDORA E FIADORA*

**DATADO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012**

Three handwritten signatures in black ink, located in the bottom right corner of the document. The signatures are stylized and appear to be of different individuals.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA LINHARES GERAÇÃO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

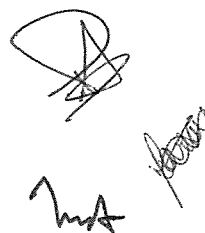
**LINHARES GERAÇÃO S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo, na Rodovia ES-010, km 117, Fazenda Ceará s/nº, distrito de Povoação, CEP 29914-555, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.472.905/0001-18, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia"); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4.200, bloco 4, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

como Interveniente Garantidora e Fiadora, principal garantidora das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura:

**LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, 126, sala 501, Botafogo, CEP: 22270-010 inscrita no CNPJ sob o nº 10.375.812/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Fiadora" ou "Interveniente Garantidora");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Linhares Geração S.A. ("Escritura"), nos termos e condições abaixo:



## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures (definidas na cláusula 3.5.1 abaixo) ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora ("RCA") realizadas em 9 de novembro de 2012 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora.

1.2. As garantias reais de alienação fiduciária de bens móveis da presente Emissão, assim como a cessão fiduciária de direitos emergentes, a cessão fiduciária dos direitos e créditos decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), cessão fiduciária da conta vinculada, e a alienação fiduciária de bem imóvel observado o disposto na cláusula 4.1.8 abaixo, foram outorgadas, pela Emissora, com base na AGE e na RCA. A alienação fiduciária de ações, observado o disposto na cláusula 4.1.8 abaixo, e a fiança foram outorgadas pela Interveniente Garantidora com base na Assembleia Geral Extraordinária da Interveniente Garantidora realizada em 9 de novembro de 2012; ("Aprovação da Interveniente").

## 2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

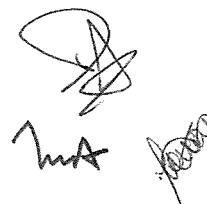
### 2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. As atas da AGE e da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo ("JUCEES") e publicadas no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo ("DOEES") e no jornal Notícia Agora, e nos termos do artigo 62, inciso I, artigo 289 e artigo 142, § 1º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A Aprovação da Interveniente Garantidora mencionada na Cláusula 1.2 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Comercial, nos termos do artigo 142, § 1º da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.1.2. Arquivamento da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCEES, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.



### **2.1.3. Registro na CVM**

**2.1.3.1.** A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

### **2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados**

**2.1.4.1.** As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 e 3.8.4 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Alternativamente, as Debêntures poderão ser mantidas em registro no Escriturador.

### **2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

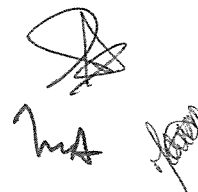
**2.1.5.1.** A presente Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código de Regulação ANBIMA").

### **2.1.6. Registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis**

**2.1.6.1.** O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis (abaixo definidos) deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e Linhares, Estado do Espírito Santo, sendo uma via devidamente registrada entregue ao Agente Fiduciário nos prazos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis.

### **2.1.7. Registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**

**2.1.7.1.** O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo) deverá ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e de Linhares, Estado do Espírito Santo, sendo uma via devidamente registrada entregue ao Agente Fiduciário nos prazos e condições estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária



de ações. Adicionalmente, a alienação fiduciária das ações será averbada no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Emissora, nos termos do artigo 40, I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo o comprovante entregue ao Agente Fiduciário.

### **2.1.8. Registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel**

**2.1.8.1.** O Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel (conforme definida na cláusula 4.1.7.1(iii) abaixo) deverá ser registrado no Primeiro Ofício de Registro de Imóveis da Cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo, sendo uma via devidamente registrada entregue ao Agente Fiduciário, nos prazos e condições estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel.

## **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social da Emissora**

**3.1.1.** A Emissora tem por objeto social a geração e o suprimento ou comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração da usina termelétrica denominada UTE Linhares.

### **3.2. Número da Emissão**

**3.2.1.** Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

### **3.3. Número de Séries**

**3.3.1.** A Emissão será realizada em 4 (quatro) séries.

### **3.4. Montante da Emissão**

**3.4.1.** O montante total da emissão será de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais).

### **3.5. Quantidade de Debêntures**

**3.5.1.** Serão emitidas 2.200 (duas mil e duzentas) debêntures, sendo (i) 511 (quinhentas e onze) debêntures da primeira série ("Debêntures da 1ª Série"); (ii) 522 (quinhentas e vinte e duas) debêntures da segunda série ("Debêntures da 2ª Série"); (iii) 538 (quinhentas e trinta e oito) debêntures da terceira série ("Debêntures da 3ª Série"); e (iv) 629 (seiscentas e vinte e nove) debêntures da quarta série ("Debêntures da 4ª Série" e, em conjuntos com as debêntures da 1ª, 2ª e 3ª séries, "Debêntures").



### **3.6. Banco Mandatário e Escriturador**

**3.6.1.** O Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.111, 2º Andar - Parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.479.023/0001-80, será o banco mandatário e o escriturador das Debêntures ("Banco Mandatário" ou "Escriturador").

### **3.7. Destinação dos Recursos**


**3.7.1.** Os recursos captados através desta Emissão serão destinados à quitação, até 17 de dezembro de 2012, da dívida representada pelos seguintes contratos: (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.0229.1 celebrado entre a Emissora e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 04 de junho de 2010 e registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro/RJ sob o nº 917405 ("Contrato de Financiamento BNDES") e (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 101112030013900 entre a Emissora e o Banco Itaú BBA de 03 de abril de 2012 ("Contrato de Financiamento Itaú" e, em conjunto com o Contrato de Financiamento BNDES, os "Contratos de Financiamento"), assim como ao pagamento das despesas relacionadas à presente Emissão.

### **3.8. Registro para Distribuição e Negociação**

**3.8.1.** As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

**3.8.2.** As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no Parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

**3.8.3.** Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e



consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

**3.8.4.** Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

### **3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição**

**3.9.1.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição das Debêntures, com intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.

**3.9.2.** Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476.

**3.9.3.** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

**3.9.4.** Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

**3.9.5.** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

## **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características Comuns às Quatro Séries**



#### **4.1.1. Valor Nominal Unitário**

**4.1.1.1.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

#### **4.1.2. Data de Emissão**

**4.1.2.1.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 14 de novembro de 2012 ("Data de Emissão").

#### **4.1.3. Forma e Emissão de Certificados**

**4.1.3.1.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

#### **4.1.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

**4.1.4.1.** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND ou sistema da CETIP que venha a substituí-lo.

#### **4.1.5. Conversibilidade**

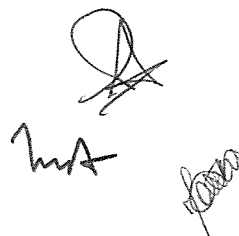
**4.1.5.1.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### **4.1.6. Espécie**

**4.1.6.1.** As Debêntures serão da espécie quirografária, sujeitas à convolação para a espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 4.1.9.1 abaixo.

#### **4.1.7. Garantias Reais**

**4.1.7.1.** Quando da implementação das condições suspensivas, conforme descritas nos respectivos contratos de garantia ("Condições Suspensivas"), as seguintes garantias reais se tornarão eficazes:





- (i) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia e Outras Avenças celebrado em 12 de novembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis");
- (ii) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Emissora ("Ações") de titularidade da Interviente Garantidora, assim como quaisquer novas ações de emissão da Emissora das quais a Interviente Anuente venha a ser titular, sejam ordinárias ou preferenciais, resultantes de grupamento, desdobramento, bonificações, distribuição de dividendos com pagamento em ações, conversão de outros valores mobiliários, capitalização de lucros ou outras reservas, transformação ou alteração das características das Ações e direitos creditórios decorrentes da titularidade das Ações, bem como todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as Ações, em razão do cancelamento destas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças celebrado em 12 de novembro de 2012 entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e a Interviente Garantidora ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações");
- (iii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Emissora, avaliado em R\$ 355.000.000,00, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças celebrado em 12 de novembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel") e
- (iv) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da autorização como produtor independente de energia elétrica emitida pelo Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria nº 103 de 4 de março de 2009 ("Autorização"), que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar, (i) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos CCEARs celebrados pela Emissora; e (ii) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação à conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças celebrado em 12 de novembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes") e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, os "Contratos de Garantia".



#### **4.1.8. Convolução da Espécie das Debêntures**

**4.1.8.1.** As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, no momento em que as Condições Suspensivas forem implementadas.

**4.1.8.2.** A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura, nos termos do Anexo I à presente Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da implementação das Condições Suspensivas, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer ato societário da Emissora ou da Interviente Garantidora, exclusivamente para publicidade da convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real.

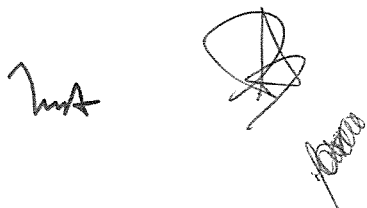
**4.1.8.3.** Após a convolação das garantias constituídas nos termos dos Contratos de Garantia, as respectivas garantias se tornarão eficazes garantindo o pagamento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias assumidas pela Emissora, decorrentes ou de qualquer forma relacionadas às Debêntures, incluindo, sem limitação, seu Valor Nominal Unitário, Remuneração e eventuais Encargos Moratórios devidos aos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, devendo cópia do aditamento a esta Escritura, celebrado nos termos da Cláusula 4.1.8.2 acima, ser enviada à CETIP prontamente após o seu registro na JUCEES. As garantias reais permanecerão válidas e eficazes e serão mantidas até: (i) a integral quitação das obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures; ou (ii) a sua total excussão, pelo Agente Fiduciário, nos termos dos Contratos de Garantia, e desde que este tenha recebido o produto da excussão das garantias.

#### **4.1.9. Garantia Fidejussória**

**4.1.9.1.** Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, a Fiadora presta fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

**4.1.9.2.** A Fiadora declara-se e obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora, responsável solidariamente à Emissora como principal pagadora do Valor Garantido (conforme definido abaixo) oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com os artigos 275 e seguintes e 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

**4.1.9.3.** A Fiadora, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renuncia, desde já, aos benefícios de



ordem, direitos e faculdades de desoneração previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

**4.1.9.4.** O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todas as despesas razoáveis acessórias ao principal, inclusive as despesas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

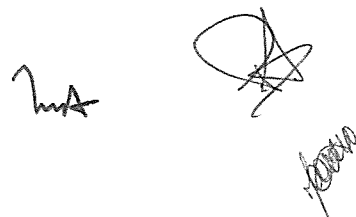
**4.1.9.5.** O Valor Garantido será pago pela Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 01 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

**4.1.9.6.** Fica facultado à Fiadora efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Fiadora.

**4.1.9.7.** A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

**4.1.9.8.** A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

**4.1.9.9.** A Fiadora declara e garante que: (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por



seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

**4.1.9.10.** Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

**4.1.9.11.** Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Fiadora.

**4.1.9.12.** Fica desde já certo e ajustado que, até as respectivas datas de vencimento e durante eventual prazo de cura especificamente estipulado nesta Escritura, a Emissora é a única responsável pelo pagamento de qualquer valor e pelas obrigações acessórias estabelecidas nesta Escritura, exceto se de outra forma expressamente aqui pactuado. Não obstante, no caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer pagamento, nos termos desta Escritura, a Fiadora tornar-se-á responsável pelo referido pagamento, nos termos da Cláusula 4.1.9.2 acima.

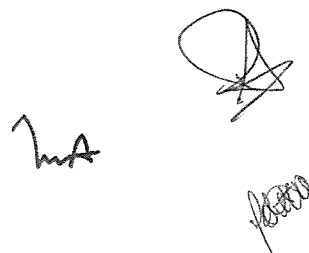
**4.1.9.13.** Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora, a presente Escritura será registrada, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de assinatura da presente Escritura, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades (i) do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e (ii) Linhares, Estado do Espírito Santo. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após os referidos registros, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

**4.1.9.14.** A Fiança é prestada pela Fiadora, conforme Aprovação da Interveniente, em conformidade com o artigo 10, "g" de seu Estatuto Social, conforme atualmente vigente, arquivado na JUCERJA sob o nº 00001899029, em sessão de 16 de abril de 2009.

## **4.2. Subscrição**

### **4.2.1. Prazo de Subscrição**

**4.2.1.1.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em única data, a qualquer tempo a contar da data de início da distribuição, observado os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476 e no contrato de distribuição das Debêntures.



#### 4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário atualizado nos termos da Cláusula 4.4 abaixo, acrescido da Remuneração prevista na Cláusula 4.5 abaixo *pro rata temporis*, aplicados desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.

#### 4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

#### 4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures será atualizado monetariamente a partir da Data de Emissão, até o seu efetivo vencimento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo o produto da atualização incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“IPCA” e “Atualização Monetária”, respectivamente), de acordo com a fórmula descrita abaixo:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

*VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

*VNe = valor nominal da Emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

*C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:



- $N$  = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro;
- $NI_k$  = valor do número-índice divulgado no mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário do ativo. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice divulgado no mês de atualização;
- $NI_{k-1}$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";
- $dup$  = número de dias úteis entre a última Data de Aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro;
- $dut$  = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima Data de Aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Observações:

Os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

Considera-se como "Data de Aniversário" todo dia 16 (dezesseis) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas.

**4.4.1.1.** A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

**4.4.1.2.** Quando da indisponibilidade do número-índice será utilizada a última projeção disponível da variação percentual do IPCA, apurada pela ANBIMA, para calcular os valores *pro rata temporis* por dias úteis, procedendo à atualização das Debêntures até a data do cálculo, do evento ou vencimento inclusive. Quando da divulgação do número-índice os valores passarão a ser calculados com base na variação apurada com o número-índice divulgado. No caso da indisponibilidade da projeção, o sistema utilizará a última projeção disponível, até que uma nova projeção seja divulgada.

**4.4.1.3.** Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação do IPCA por mais de 10 (dez) dias consecutivos

da data esperada para a sua divulgação ou, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.4.1.3, convocar Assembleia Geral dos Debenturistas (“AGD”), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para que os titulares das Debêntures deliberem, em comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação do novo parâmetro de atualização, o último IPCA divulgado será utilizado para o cálculo das obrigações relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de atualização para as Debêntures.

**4.4.1.4.** Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e o IPCA divulgado voltará a ser utilizado para o cálculo da Remuneração.

**4.4.1.5.** Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização Monetária entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures devidamente atualizado e acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso.

**4.4.1.6.** Caso a taxa de remuneração substituta referida na Cláusula 4.4.1.3 acima seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a mesma base utilizada pelo IPCA.

## **4.5. Remuneração**

### **4.5.1. Cálculo e Forma de Pagamento da Remuneração**

**4.5.1.1.** Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado pela Atualização Monetária incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,25% (sete inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano (“Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de vencimento das Debêntures. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$



onde:

- J* = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa* = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (1 + Taxa)^{\left(\frac{DU}{252}\right)}$$

onde:

- Taxa* = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- DU* = Número de dias úteis entre a data de emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e a data atual, sendo "DU" um número inteiro;

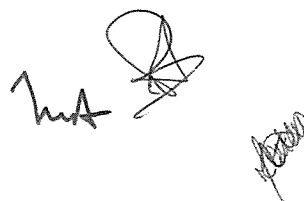
**4.5.1.2.** Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima data de pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

**4.5.1.3.** A Remuneração será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 16 de cada mês.

#### **4.6. Características Aplicáveis às Debêntures da 1ª Série**

##### **4.6.1. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série**

**4.6.1.1.** O vencimento final das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao término do prazo de 135 (cento e trinta e cinco) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de fevereiro de 2024 ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de amortização antecipada facultativa e resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 1ª Série, em





conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 1ª Série que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (definida abaixo) devida, calculada conforme as Cláusulas 4.4 acima e 4.5 acima.

#### **4.6.2. Pagamento do Principal e Amortização das Debêntures da 1ª Série**

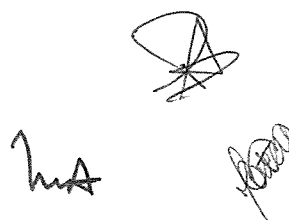
**4.6.2.1.** O Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 1ª Série será pago anualmente, observando o seguinte cronograma de pagamentos:

Parcela	Data	% do Valor Nominal Unitário Atualizado
1.	16/02/2014	5,53%
2.	16/02/2015	5,79%
3.	16/02/2016	6,95%
4.	16/02/2017	8,37%
5.	16/02/2018	9,01%
6.	16/02/2019	9,65%
7.	16/02/2020	10,94%
8.	16/02/2021	10,94%
9.	16/02/2022	10,94%
10.	16/02/2023	10,94%
11.	16/02/2024	10,94%

#### **4.7. Características Aplicáveis às Debêntures da 2ª Série**

##### **4.7.1. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série**

**4.7.1.1.** O vencimento final das Debêntures da 2ª Série ocorrerá ao término do prazo de 138 (cento e trinta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de maio de 2024 ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de amortização antecipada facultativa e resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 2ª Série, em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 2ª Série que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (definida abaixo) devida, calculada conforme as Cláusulas 4.4 acima e 4.5 acima.



#### **4.7.2. Pagamento do Principal e Amortização das Debêntures da 2ª Série**

**4.7.2.1.** O Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série será pago anualmente, observando o seguinte cronograma de pagamentos:

Parcela	Data	% do Valor Nominal Unitário Atualizado
1.	16/05/2014	5,53%
2.	16/05/2015	6,08%
3.	16/05/2016	7,30%
4.	16/05/2017	8,44%
5.	16/05/2018	9,08%
6.	16/05/2019	9,92%
7.	16/05/2020	10,77%
8.	16/05/2021	10,77%
9.	16/05/2022	10,77%
10.	16/05/2023	10,77%
11.	16/05/2024	10,57%

#### **4.8. Características Aplicáveis às Debêntures da 3ª Série**

##### **4.8.1. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série**

**4.8.1.1.** O vencimento final das Debêntures da 3ª Série ocorrerá ao término do prazo de 141 (cento e quarenta e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de agosto de 2024 ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de amortização antecipada facultativa e resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 3ª Série, em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 3ª Série que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (definida abaixo) devida, calculada conforme as Cláusulas 4.4 acima e 4.5 acima.



#### **4.8.2. Pagamento do Principal e Amortização das Debêntures da 3ª Série**

**4.8.2.1.** O Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série será pago anualmente, observando o seguinte cronograma de pagamentos:

Parcela	Data	% do Valor Nominal Atualizado
1.	16/08/2014	5,53%
2.	16/08/2015	6,63%
3.	16/08/2016	7,98%
4.	16/08/2017	8,59%
5.	16/08/2018	9,21%
6.	16/08/2019	10,44%
7.	16/08/2020	10,44%
8.	16/08/2021	10,44%
9.	16/08/2022	10,44%
10.	16/08/2023	10,44%
11.	16/08/2024	9,86%

#### **4.9. Características Aplicáveis às Debêntures da 4ª Série**

##### **4.9.1. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da 4ª Série**

**4.9.1.1.** O vencimento final das Debêntures da 4ª Série ocorrerá ao término do prazo de 144 (cento e quarenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de novembro de 2024 ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de amortização antecipada facultativa e resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 4ª Série, em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 4ª Série que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (definida abaixo) devida, calculada conforme as Cláusulas 4.4 acima e 4.5 acima.



#### **4.9.2. Pagamento do Principal e Amortização das Debêntures da 4ª Série**

**4.9.2.1.** O Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 4ª Série será pago anualmente, observando o seguinte cronograma de pagamentos:

Parcela	Data	% do Valor Nominal Amortizado
1.	16/11/2013	14,49%
2.	16/11/2014	4,72%
3.	16/11/2015	5,67%
4.	16/11/2016	6,82%
5.	16/11/2017	7,35%
6.	16/11/2018	7,87%
7.	16/11/2019	8,92%
8.	16/11/2020	8,92%
9.	16/11/2021	8,92%
10.	16/11/2022	8,92%
11.	16/11/2023	8,92%
12.	16/11/2024	8,48%

#### **4.10. Repactuação**

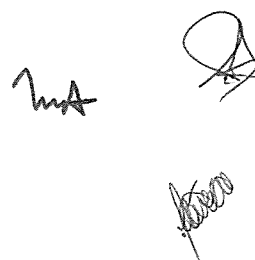
**4.10.1.** Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### **4.11. Condições de Pagamento**

##### **4.11.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária**

**4.11.1.1.** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

**4.11.1.2.** Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



#### **4.11.2. Prorrogação dos Prazos**

**4.11.2.1.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, se a data de vencimento da respectiva obrigação (i) coincidir com dia em que não haja expediente bancário a na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para pagamentos a serem realizados fora do sistema CETIP; e (ii) coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, para pagamentos que devam ser realizados através da CETIP.

#### **4.11.3. Encargos Moratórios**

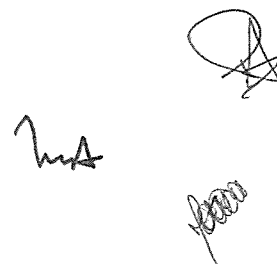
**4.11.3.1.** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

#### **4.11.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

**4.11.4.1.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.11.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios decorrentes do atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Remuneração e/ou Amortização Antecipada Facultativa e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definidos).

#### **4.12. Publicidade**

**4.12.1.** Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOEES e no jornal Notícia Agora, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na mesma data da sua realização.



## 5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA OU RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1. A Emissora não poderá adquirir Debêntures em circulação no mercado.

### 5.2. Amortização Antecipada Facultativa ou Resgate Antecipado Facultativo Total

5.2.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, (i) a amortização antecipada, limitando-se a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa") ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme for o caso, observadas as condições da Cláusula 5.2.4 abaixo.

5.2.2. A Amortização Antecipada Facultativa e o Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser precedidos de notificação por escrito ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, nos termos da cláusula 4.9.1 acima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à realização do pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ("Notificação da Amortização Antecipada Facultativa") ou do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total").

5.2.3. A Emissora deverá comunicar a CETIP, através de correspondência com o "de acordo" do Agente Fiduciário, da realização de Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas eletronicamente no SND e, nas demais hipóteses, por meio do Escriturador.

5.2.4. O valor da amortização ou do resgate antecipado devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal a ser amortizado ou resgatado atualizado na referida data de amortização ou resgate, acrescido de prêmio ("Valor da Amortização Antecipada Facultativa", "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total", "Data da Amortização Antecipada Facultativa" e "Data do Resgate Antecipado Facultativo Total", respectivamente) e será calculado de acordo da seguinte fórmula:

$$P.A. = \sum_{i=1}^n \frac{P.U. \cdot i + J_i}{\left(1 + C_i\right)^{\left(\frac{DU_i}{252}\right)}}$$



Onde:

**P.A.** = Preço de Liquidação na data de amortização ou resgate antecipado.

**n** = Quantidade de Fluxos Futuros remanescentes.

**P.U.<sub>i</sub>** = i-ésimo Valor nominal de amortização das debêntures acrescido da “Atualização” e dos juros remuneratórios da debênture, calculada *pro rata temporis* entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de remuneração e a data de resgate antecipado.

**J<sub>i</sub>**: i-ésimo Fluxo Futuro de Juros com taxa percentual de 7,25% ao ano acrescido de F, incidente sobre o P.U.<sub>i</sub>, calculado em regime de capitalização entre a data de amortização ou de resgate antecipado e a data do respectivo fluxo.

**F**: a depender da data de amortização ou resgate antecipado conforme tabela abaixo:

Data de Amortização Antecipada ou Resgate Antecipado	Taxa (ao ano)
Entre 14/11/2012 e 16/11/2015	1.50%
Entre 17/11/2015 e 16/11/2017	1.25%
Entre 17/11/2017 e 18/11/2019	1.00%
Entre 19/11/2019 e 16/11/2021	0.75%
Entre 17/11/2021 e 18/11/2024	0.50%

**C<sub>i</sub>** = Taxa de Cupom de IPCA de mercado calculada ao ano, referenciado no swap CDI x IPCA, com vencimento equivalente ao respectivo Fluxo futuro. Esse Cupom será apurado pelo agente fiduciário, em conjunto com a Emissora, junto a mais duas instituições financeiras de primeira linha e o Banco BTG Pactual S.A..

**DU<sub>i</sub>** = Prazo em dias úteis entre a Data de Liquidação Antecipada e o respectivo Fluxo Futuro.

**5.2.5.** A Notificação da Amortização Antecipada Facultativa e a Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total a ser encaminhada ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas deverão conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Facultativa Antecipada ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa, na hipótese de Amortização Antecipada Facultativa, ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total.



**5.2.6.** O pagamento da Amortização Antecipada Facultativa deverá ser realizado na data indicada na Notificação da Amortização Antecipada Facultativa, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

**5.2.7.** No caso de Amortização Antecipada Facultativa, o Valor Nominal a ser resgatado na Data de Vencimento e a Remuneração serão calculados com base no saldo do Valor Nominal ajustado para refletir o pagamento do Valor da Amortização Antecipada Facultativa.

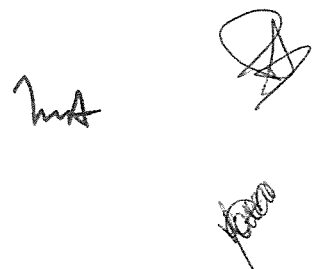
**5.2.8.** Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, as Debêntures serão canceladas.

### **5.3. Vencimento Antecipado**

#### **5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado**

**5.3.1.1.** O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.2 e 5.3.1.3 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- a) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento pela Emissora do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora: (a) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido obtida a medida judicial adequada para anulação ou sustação dos efeitos do protesto; (b) que o protesto foi cancelado; (c) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (d) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- b) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, independentemente do deferimento de seu processamento;
- c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Interviente Garantidora e não elidido devidamente ou contestado e garantido no prazo legal, assim como a implementação de qualquer ato ou celebração de qualquer documento com a finalidade de aprovar, requerer, ajuizar ou anuir com a recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou





liquidação.

- d) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora e/ou da Interviente Garantidora;
- e) inadimplemento pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora das obrigações pecuniárias devidas nos termos desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contado das respectivas datas de pagamento;
- f) inadimplemento pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora de quaisquer obrigações pecuniárias com valor individual ou agregado superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, contraídas no mercado financeiro local ou internacional, ainda que na condição de garantidora, em relação a qualquer instituição financeira ou quaisquer dos Debenturistas, que não seja sanado dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da respectiva data de pagamento;
- g) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.1.1 abaixo;
- h) caso a Emissora e/ou a Interviente Garantidora seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montantes, individual ou conjuntamente considerados, superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que não seja extinto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação da Emissora pelo Agente Fiduciário nesse sentido;
- i) realização de redução de capital social ou amortização de ações da Emissora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- j) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- k) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e observado o artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações;



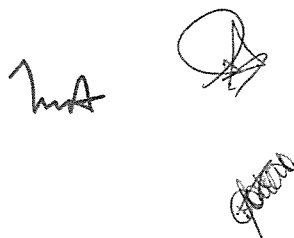
- l) alienação do atual controle direto ou indireto da Emissora sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
- m) pagamento de dividendos, ressalvados os dividendos mínimos obrigatórios nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou juros sobre o capital próprio pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- n) não manutenção, pela Emissora, a partir da Data de Emissão, do seguinte índice financeiro a ser acompanhado semestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora (conforme abaixo definidas), relativas a 31 de dezembro de cada ano e em demonstrações financeiras não auditadas da Emissora relativas a 30 de junho de cada ano, conforme o caso, até o vencimento final das Debêntures, iniciando-se com a divulgação das demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social encerrado em dezembro de 2013 ("Índices Financeiros"):
- o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD deverá ser igual ou superior a 1,20.

Para os fins deste item (n), são utilizadas as definições abaixo:

(a) "Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD": significa a divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, sendo (a.1) Geração de Caixa da Atividade a disponibilidade final do período imediatamente anterior acrescida do EBITDA dos últimos 6 (seis) meses, deduzidos o Imposto de Renda, a Contribuição Social dos últimos 6 (seis) meses, mais / menos a variação do capital de giro dos últimos 6 (seis) meses; e (a.2) Serviço da Dívida a soma da amortização do principal e do pagamento de juros dos últimos 6 (seis) meses; e

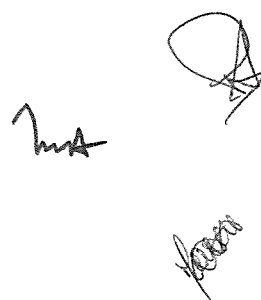
(b) "Demonstrações Financeiras Auditadas" significa as demonstrações financeiras da Emissora, relativas a 31 de dezembro de cada ano, auditadas por umas das seguintes auditorias independentes: (i) KPMG Auditores Independentes; (ii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; (iii) Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes; ou (iv) Ernst&Young Terco.

- o) não cumprimento, pela Emissora, de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral que não tenha sido objeto de recurso com efeito suspensivo, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu valor equivalente em outras moedas

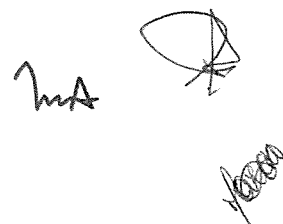


convertido com base no câmbio da moeda estrangeira na data do descumprimento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da referida sentença ou decisão;

- p) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura sem prévia expressa anuência dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- q) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias relevantes prestadas pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora nesta Escritura e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta Restrita, inclusive nos Contratos de Garantia;
- r) descumprimento do disposto nos itens (xiv) e (xxiv) da Cláusula 6.1 abaixo;
- s) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1 acima;
- t) alienação ou desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda dos bens e/ou direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas, sem que haja substituição da garantia, por nova garantia previamente aprovada por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 30 (trinta) dias contados da alienação ou da ciência da Emissora da medida governamental ou judiciária, sendo certo que é vedada a transferência voluntária, de qualquer forma, de tais bens e/ou direitos a terceiros, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures;
- u) a criação, incorrência ou assunção voluntária ou involuntária, pela Emissora, de qualquer ônus ou gravame sobre quaisquer bens, ativos ou direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas, sem que haja, em comum acordo com os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, substituição da garantia, em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 30 (trinta) dias contados da constituição do ônus ou gravame;
- v) declaração de nulidade ou ineficácia de qualquer um dos Contratos de Garantia, sem que haja, em comum acordo com os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, substituição da garantia constituída no respectivo Contrato de Garantia, em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da Emissora da declaração de nulidade ou ineficácia;

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature at the top right and several smaller initials or signatures below it.

- w) apropriação, confisco, encampação ou estatização da Emissora ou de seus ativos relevantes para a continuidade de seus negócios;
- x) celebração de contratos de mútuo, na qualidade de mutuante ou mutuária, com pessoas físicas ou jurídicas que sejam, direta ou indiretamente, coligadas ou controladoras da Emissora ("Partes Relacionadas"), sem prévia anuência dos Debenturistas reunidos em assembleia geral específica. Todos os contratos de mútuo celebrados com Partes Relacionadas deverão conter indicação expressa de que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada;
- y) inadimplemento pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora de quaisquer obrigações previstas nos Contratos de Garantia, observados os eventuais prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia;
- z) não renovação, perda, revogação, caducidade, cassação, encampação, extinção ou cancelamento de qualquer autorização, permissão ou registro necessário para o desenvolvimento das atividades da Emissora, em decorrência de decisão de qualquer autoridade governamental competente;
- aa) encerramento extemporâneo das contas vinculadas abertas e mantidas pela Emissora para o depósito dos direitos creditórios e administração de garantias, nos termos do contrato de administração de conta vinculada a ser celebrado entre a Emissora e o Banco BTG Pactual, na qualidade de banco depositário da conta vinculada, assim como da conta bancária vinculada transitória nº 85405-4, mantida pela Emissora na agência 2001 do Itaú-Unibanco S.A., nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, sem prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, a qual será automaticamente concedida pelo Agente Fiduciário na hipótese de as Debêntures já estiverem quitadas;
- bb) a existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente a atos praticados pela Emissora relacionados a trabalho infantil, trabalho escravo ou crimes contra o meio ambiente;
- cc) não obtenção do termo de quitação e de liberação das garantias relativo ao Contrato de Financiamento BNDES no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de integralização das Debêntures nos termos da Cláusula 4.2.1.1 acima;
- dd) descumprimento do disposto no item (xv) da Cláusula 6.1 abaixo, assim como a ocorrência de sinistro cujo valor indenizável seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e, cumulativamente, que afete materialmente a capacidade da Emissora de manter o curso normal



de seus negócios;

- ee) inoccorrência de depósitos referentes ao fluxo de pagamentos de 90% (noventa por cento) da receita fixa decorrente dos CCEARs na conta vinculada, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de integralização das Debêntures; e
- ff) descumprimento dos prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia para fins de implementação das Condições Suspensivas, conforme descritas nos respectivos Contratos de Garantia.

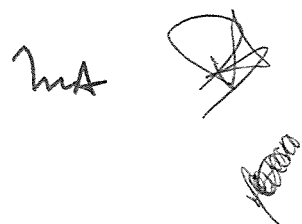
**5.3.1.2.** A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas b), c), d), e), f), i), j), k), l), m), p), s), t), u), v), w), y) e cc) acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

**5.3.1.3.** Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.3.1.2 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre o vencimento antecipado ou não das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. Caso decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por Debenturistas representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, com a presença de Debenturistas representando o quórum de aprovação mencionado nesta cláusula, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

**5.3.2.** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 1 (um) dia útil, carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Mandatário.

**5.3.3.** Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, em uma única data, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada na Cláusula 5.3.2 acima, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável devida, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

**5.3.4.** Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3



acima, além da Remuneração devida, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.11.3 acima.

**5.3.5.** No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, em conjunto com a Emissora, com no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data prevista para a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima, solicitar à CETIP o pagamento das Debêntures registradas no SND.

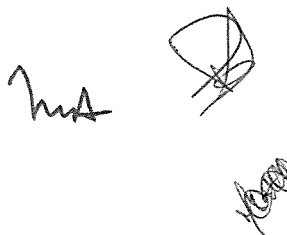
**5.3.6.** Na hipótese de vencimento final ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos das Cláusulas 4.6.1, 4.7.1, 4.8.1 e 4.9.1 acima e das Cláusulas 5.3.1.2 e 5.3.1.3 acima, respectivamente, caso a Emissora não efetue os pagamentos previstos nas Cláusulas 4.6.1, 4.7.1, 4.8.1 e 4.9.1 acima e na Cláusula 5.3.3 acima, conforme o caso, os titulares das Debêntures estarão automaticamente autorizados a instruir o Agente Fiduciário a promover a excussão das garantias, observados os termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, com o fim de cumprir as obrigações pecuniárias da Emissora.

**5.3.7.** Para fins de verificação das alíneas f) e o) da cláusula 5.3.1.1 acima, a Emissora obriga-se, a encaminhar, anualmente ao Agente Fiduciário, relatório confeccionado pelo(s) advogado(s) patrono(s) da(s) respectiva(s) causa(s), de todas as ações judiciais com decisão em primeira instância, com valor da causa acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e/ou que verse sobre quaisquer medidas que implique perda dos bens e/ou direitos objeto das garantias constituídas em favor dos Debenturistas, assim como sobre as matérias tratadas na alínea cc) da cláusula 5.3.1.1 acima, nas quais a Emissora figure como ré, contendo o valor da causa atualizado, a atual fase da demanda, bem como a chance de êxito da mesma (a ser classificada como Provável, Possível e Remota), possuindo tal relatório caráter meramente informativo.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA**

**6.1.** A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente obriga-se a:

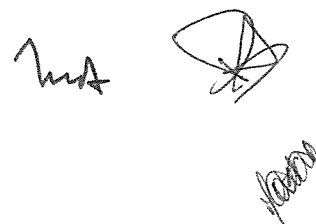
- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, Contratos de Garantia, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e da Interviente Garantidora; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e assessores legais;
- (ii) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus



resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, especialmente a Instrução CVM 476;

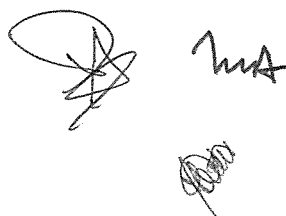
(iii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM;
- (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de demonstrativo de apuração dos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e (ii) declaração, assinada por dois diretores da Emissora, atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, a observância dos Índices Financeiros;
- (c) em até 45 dias após o encerramento dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas informações financeiras não auditadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas (i) do demonstrativo detalhado de apuração dos Índices Financeiros, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (ii) de declaração, assinada por dois diretores da Emissora, atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, a observância dos Índices Financeiros;
- (d) dentro de 5 (cinco) dias úteis após o efetivo registro na Junta Comercial, fornecer cópia de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas da Emissora;
- (e) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas



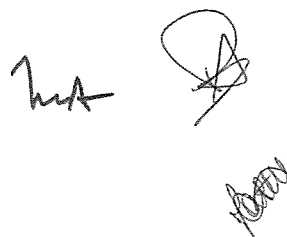
obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

- (f) até o dia útil subsequente à ocorrência, informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura; e
  - (g) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento de cada trimestre, balancetes referentes a cada trimestre encerrado assinados pelos contadores da Emissora.
- (iv) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (v) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.








- (vi) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (v); (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente às demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;
- (vii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (viii) até o integral pagamento de todos e quaisquer valores devidos aos Debenturistas nos termos desta Escritura e observada a Cláusula 5.3.1.1(x) acima, inserir disposição em quaisquer contratos de mútuo celebrados com Partes Relacionadas que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da Emissora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de Partes Relacionadas decorrentes de tais mútuos;
- (ix) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (x) cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiii) não contratar, sem anuência prévia de titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, quaisquer mútuos ou dívidas financeiras;
- (xiv) notificar, em até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar



interrupção ou suspensão de suas atividades ou que, de qualquer forma, possa resultar em intervenção, perda, caducidade, cassação, encampação, extinção de qualquer permissão e/ou autorização detida pela Emissora, ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;

- (xv) manter os seus ativos relevantes segurados por companhia de seguro de primeira linha, sendo permitida a contratação de seguradora que seja parte relacionada dos Debenturistas, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil, nos termos das cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 abaixo;
- (xvi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xvii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xviii) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xix) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;
- (xx) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- (xxi) apresentar, ao Agente Fiduciário, na data de publicação das demonstrações financeiras, demonstrativo de cálculo que ateste o enquadramento pela mesma em relação aos Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 5.3.1.1 (n) acima, acompanhado das respectivas demonstrações financeiras que serviram como base para acompanhamento dos referidos Índices Financeiros, sendo as informações financeiras semestrais não auditadas e as demonstrações financeiras de encerramento de exercício auditadas;

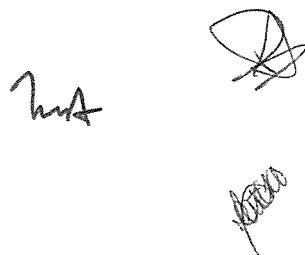


- (xxii) apresentar ao Agente Fiduciário o termo de quitação do Contrato de Financiamento Itaú no prazo de 10 dias úteis contados da data de integralização das Debêntures;
- (xxiii) notificar, em até 2 (dois) dias úteis, o Agente Fiduciário acerca da contratação de fianças bancárias nos termos da Cláusula 6.1.3 abaixo;
- (xxiv) não contrair novas dívidas financeiras, por qualquer meio, incluindo, sem se limitar à celebração de contratos de financiamento, emissão de títulos de crédito ou valores mobiliários, dentre outros, sem a aprovação dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas; e
- (xxv) permitir a entrada do Agente Fiduciário nas instalações da Emissora, desde que a visita ocorra em dia útil e mediante aviso com 2 (dois) dias úteis de antecedência.

**6.1.1.** A Emissora manterá segurados, desde a Data de Emissão até o pagamento integral das obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures, os bens onerados nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, por um valor não inferior às práticas de mercado, com uma seguradora de renome e idônea, contra todos os riscos usuais atinentes aos referidos bens tipicamente cobertos no ramo de atividade da Emissora.

**6.1.2.** Nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, a Emissora deverá endossar as apólices de seguro dos bens alienados fiduciariamente de modo a prever que todos e quaisquer pagamentos e indenizações decorrentes de qualquer sinistro relativo aos referidos bens sejam pagos em favor dos Debenturistas da presente Emissão, na conta vinculada nº 143586, mantida pela Emissora na agência nº 001 do Banco BTG Pactual S.A., de acordo com a lei aplicável, devendo a Emissora tomar toda e qualquer providência para fazer com que a respectiva seguradora nomeie a comunhão de Debenturistas como beneficiários. A Emissora deverá comprovar, anualmente, ao Agente Fiduciário, a contratação ou renovação, conforme o caso, e manutenção dos referidos seguros. A Emissora deverá comprovar ao Agente Fiduciário, em até 30 dias contados da Data de Emissão, a contratação dos referidos seguros, nos termos supramencionados. Adicionalmente, a Emissora compromete-se a entregar ao Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da data de renovação dos seguros, seu respectivo comprovante.

**6.1.3.** Até o vencimento das Debêntures, será permitido à Emissora, contratar fianças bancárias junto a instituição financeira de primeira linha, que seja ou não parte relacionada da Emissora, com o fim exclusivo de garantir as obrigações da Emissora nos termos da Cláusula 11.8 do Contrato de Opção de Compra de Gás Natural celebrado em 1º de março de 2012 entre a Emissora e a Petrobrás Distribuidora S.A., tendo a Petróleo Brasileiro S.A. como interveniente anuente. Tais obrigações terão natureza subordinada ou quirografária e deverão ser notificadas ao Agente Fiduciário.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature and several smaller initials.

**6.2.** A Interveniente Garantidora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente obriga-se a:

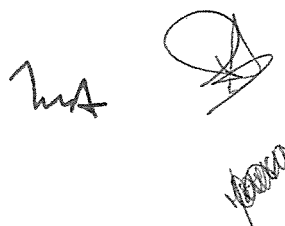
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura em até 1 (um) dia útil após a sua ocorrência, inclusive os da Emissora, de que tiverem conhecimento.
- (ii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (iv) notificar, em até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Interveniente Garantidora e/ou da Emissora;
- (v) abster-se de se manifestar na mídia sobre a Oferta Restrita até a comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, exceto para publicação de atos societários, de fatos ou atos relevantes relacionados, nos termos da legislação aplicável;
- (vi) apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM 28; e
- (vii) adimplir com todas as obrigações decorrentes do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

## **7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**7.1.** A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

**7.1.1.** O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é

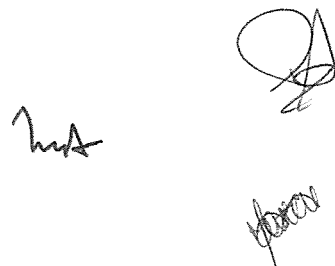


conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;

- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (x) a(s) pessoa(s) que o representa(m) na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.

**7.2.** A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

**7.3.** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.



**7.3.1.** Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

**7.3.2.** A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

**7.3.3.** Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

**7.3.4.** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

**7.3.5.** A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

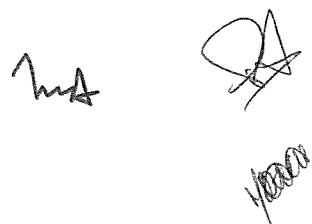
**7.3.6.** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEES, onde será inscrita a presente Escritura.

**7.3.7.** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

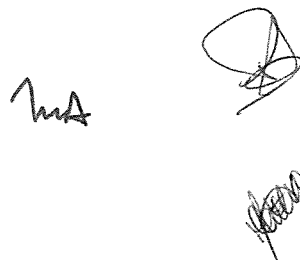
**7.3.8.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

**7.4.** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

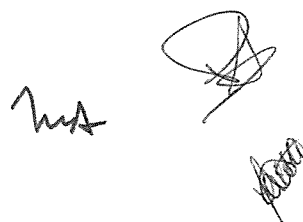
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;



- (iv) observado o disposto na Cláusula 7.11 abaixo, arcar com os tributos, municipais, estaduais e federais, assim como com os encargos cíveis, trabalhistas e previdenciários, presentes ou futuros, atribuídos ao Agente Fiduciário nos termos da legislação aplicável;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, com base exclusivamente nas informações e declarações prestadas pela Emissora, nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, cuja elaboração permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações de que tenha conhecimento;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções ou se assim solicitado pela Assembleia Geral de Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário e desde que justificadamente, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

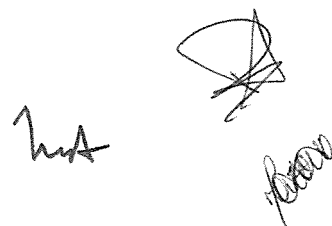


- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.12.1 acima;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as informações descritas nas alíneas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todos os atos societários, dados financeiros e demais informações e/ou documentos necessários à realização do relatório, inclusive organograma societário da Emissora, que deverá conter: os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório. O referido relatório conterá, no mínimo, informações sobre:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, da Remuneração das Debêntures realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;





- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/93.
- (xv) colocar o relatório de que trata o item (xiv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM; e
  - (d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xvi) publicar, nos órgão de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, obedecidos os termos desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xv) acima;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e dos Contratos de Garantia, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu conhecimento sobre qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais.



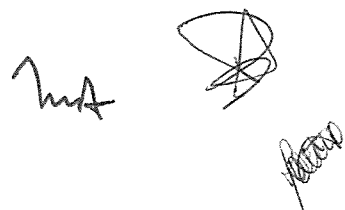
**7.5.** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos eventualmente devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer, se for o caso, a falência ou propor recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, inclusive a excussão das garantias; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

**7.6.** O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar mediante a aprovação unânime dos Debenturistas. Para eximir-se da responsabilidade descrita na Cláusula 7.5(iv) acima, será necessário o quórum estabelecido na Cláusula 5.3.1.3 acima.

**7.7.** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

**7.8.** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, não previstos nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.



**7.9.** Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes à remuneração anual de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos meses subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

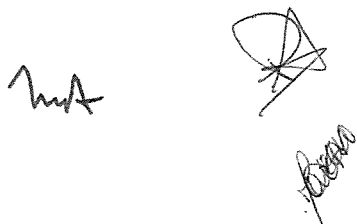
**7.10.** As parcelas citadas na Cláusula 7.9 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

**7.11.** As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

**7.12.** Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

**7.13.** O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

**7.14.** Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.



**7.15.** A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas razoáveis, contratadas a padrões de mercado, consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com conferências telefônicas e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

**7.16.** Na data de assinatura desta Escritura, com base no organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário verificou que não atua em outra emissão da Emissora, de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

## **8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**8.1.** Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

**8.2.** Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

**8.3.** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

**8.4.** A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

**8.5.** Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

**8.6.** O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**8.7.** A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

**8.8.** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As



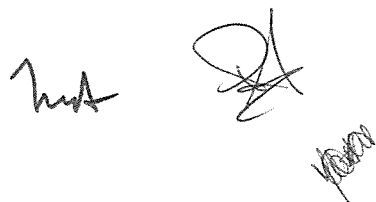
deliberações serão tomadas por 50% (cinquenta por cento) mais uma Debênture em circulação, exceto (i) quando de outra forma prevista nesta Escritura; (ii) nas hipóteses previstas nos Contratos de Garantia, as quais são consideradas como transcritas nesta Escritura; e (iii) nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

**8.8.1.** A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

## **9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA**

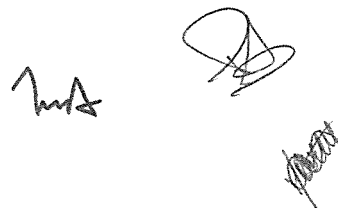
**9.1.** A Emissora declara e garante que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) na data desta Escritura, não possui quaisquer subsidiárias ou controladas;
- (iii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto, não havendo qualquer restrição emanada de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador das suas atividades;
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- (v) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (vi) a celebração da Escritura, dos Contratos de Garantia e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos do qual seja parte, inclusive, mas não se limitando aos contratos financeiros firmados pela Emissora ou qualquer instrumento a eles relativo, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles criados pelos Contratos de Garantia, nos termos desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) os bens e direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas,



inclusive aqueles cuja oneração está sujeita às Condições Suspensivas, não estão sujeitos a qualquer ônus ou gravame, exceto aqueles decorrentes dos Contratos de Garantia e aqueles decorrentes do Contrato de Financiamento BNDES, e não são objeto de ação, penhora, arresto, penhor, sequestro, caução ou qualquer outra espécie de constrição, não sendo do conhecimento da Emissora a existência de qualquer fato não mencionado nesta Escritura que impeça ou restrinja a prestação das garantias, exceto pelas Condições Suspensivas mencionada nesta Escritura;

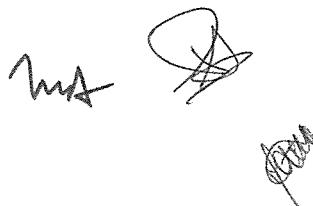
- (viii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura, arquivamento da ata da AGE e da RCA na JUCEES e da Aprovação da Interveniente na JUCERJA, do registro das Debêntures na CETIP, do registro dos Contratos de Garantia e dos termos de quitação do Contrato de Financiamento BNDES e baixa das garantias vinculadas ao Contrato de Financiamento, nos competentes cartórios e a escrituração da alienação fiduciária das Ações no livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, nos termos da Cláusula 2.1.7.1 acima;
- (ix) as situações econômica, financeira e patrimonial da Emissora, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (x) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (xi) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;
- (xii) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xiii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;



- (xiv) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em suas coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a sua capacidade de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xv) não há fatos relativos à Emissora, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xvi) mediante a liquidação dos Contratos de Financiamento e o recebimento dos respectivos termos de liberação das respectivas garantias, a Companhia liquidará a totalidade de suas dívidas no mercado financeiro, passando a não possuir, na data de liquidação dos Contratos de Financiamento, outras dívidas de natureza financeira; e
- (xvii) caso esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, a distribuição de dividendos em qualquer valor será considerada pela Emissora e declarada aos seus acionistas como incompatível com a situação financeira da Emissora para os fins do artigo 202, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações.

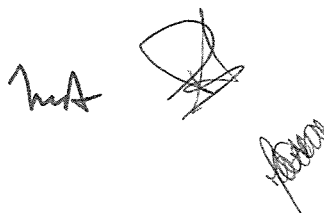
**9.2.** A Interveniente Garantidora declara e garante que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto, não havendo qualquer restrição emanada de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador das suas atividades;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura, dos Contratos de Garantia e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais seja parte, inclusive, mas não se limitando aos contratos financeiros firmados pela



Interveniente Garantidora ou qualquer instrumento a eles relativo, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interveniente Garantidora, exceto por aqueles criados pelos Contratos de Garantia, nos termos desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) os bens e direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas, inclusive aqueles cuja oneração está sujeita às Condições Suspensivas, não estão sujeitos a qualquer ônus ou gravame, exceto aqueles decorrentes dos Contratos de Garantia e aqueles decorrentes do Contrato de Financiamento BNDES, e não são objeto de ação, penhora, arresto, penhor, sequestro, caução ou qualquer outra espécie de constrição, não sendo do seu conhecimento a existência de qualquer fato não mencionado nesta Escritura que impeça ou restrinja a prestação das garantias, exceto pelas Condições Suspensivas mencionada nesta Escritura;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura e arquivamento da ata da AGE e da RCA na JUCEES e da Aprovação da Interveniente na JUCERJA, do registro das Debêntures na CETIP, do registro dos Contratos de Garantia e dos termos de quitação do Contrato de Financiamento BNDES e baixa das garantias vinculadas ao Contrato de Financiamento, nos competentes cartórios e a escrituração da alienação fiduciária das Ações no livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, nos termos da Cláusula 2.1.7.1 acima;
- (viii) as situações econômica, financeira e patrimonial da Interveniente Garantidora, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (ix) suas demonstrações financeiras, datadas de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 representam corretamente sua posição patrimonial e financeira naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente seus ativos, passivos e contingências;
- (x) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;
- (xi) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo





de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

- (xii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xiii) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Interveniente Garantidora ou em suas coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a sua capacidade de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xiv) não há fatos relativos à Emissora, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica; e
- (xv) caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, a distribuição de dividendos em qualquer valor será considerada pela Emissora e declarada aos seus acionistas como incompatível com a situação financeira da Emissora para os fins do artigo 202, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora e Interveniente Garantidora:

**LINHARES GERAÇÃO S.A.**

Rua Voluntários da Pátria 126, sala 501, Botafogo

CEP 22270-010 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Paulo Petrassi

e-mail: paulo.petrassi@lgsa.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**



Av. das Américas, 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca  
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
e-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) / [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

(iii) Para o Banco Mandatário:

**Banco Citibank S.A.**

Av. Paulista 1111, 2º andar-parte, Cerqueira César  
São Paulo – SP  
01 311-920  
At.: Agency & Trust Operações  
Telefone: (11) 4009 7088 / (11) 4009 7139 / (11) 4009 7518  
Fax: (11) 2122 2057

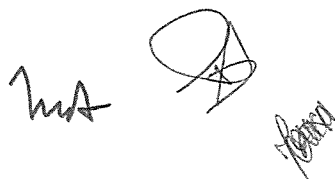
(iv) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar  
CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ  
Telefone: (21) 2276-7474  
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481  
Ou  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar  
São Paulo, SP  
CEP 01452-001  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3115-1564

**10.1.1.** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

**10.1.2.** As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.



**10.1.3.** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário e Escriturador, ao Agente Fiduciário pela Emissora.

**10.2.** Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente “dia útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

**10.3.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**10.4.** Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

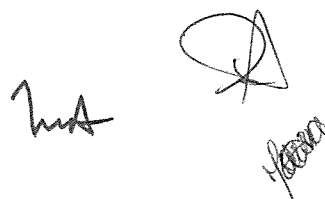
**10.5.** Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**10.6.** Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

**10.7.** Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

## **11. ARBITRAGEM**

**11.1.** Sem prejuízo de cobrança das Debêntures por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados com a



interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos não solucionadas de como acordo entre a Emissora, e/ou o Agente Fiduciário representando a comunhão de interesse dos titulares das Debêntures dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação pela outra parte sobre o conflito (exceto nas hipóteses previstas nesta Escritura em que há prazo de cura específico) serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal composto por três árbitros, indicados de acordo com o citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá as desta Escritura ("Controvérsia").

**11.1.1.** Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nas Debêntures, que serão substituídos pela arbitragem.

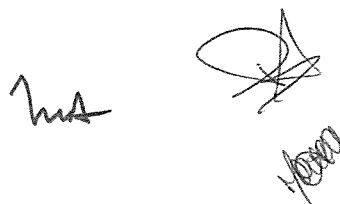
**11.2.** A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.

**11.3.** A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

**11.4.** A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

**11.5.** As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

**11.6.** As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula 11 deverão ser arcadas pela parte que for vencida no procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela parte vencedora, e, se for dada procedência

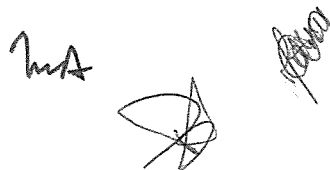


parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

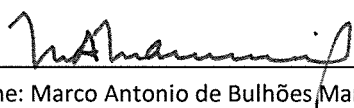
\*\*\*\*

Linhares, 12 de novembro de 2012



*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Linhares Geração S.A.)*

**LINHARES GERAÇÃO S.A.**



Nome: Marco Antonio de Bulhões Marcial  
Cargo: Diretor

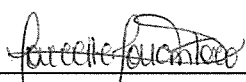


Nome: Paulo Affonso Petrassi Filho  
Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro



*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Linhares Geração S.A.)*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**



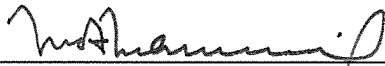
Nome: Marcelle Santoro

Cargo: Procuradora



*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Linhares Geração S.A.)*


**LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**



---

Nome: Marco Antonio de Bulhões Marçal

Cargo: Diretor



---

Nome: Paulo Affonso Petrassi Filho

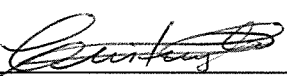
Cargo: Diretor





(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Linhares Geração S.A.)

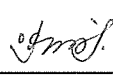
Testemunhas:

1. 

Nome: CRISTINA DIAS

CPF: 125.676.008-09




RG: 17.597.564-4

2. 

Nome: Alessandra Rulsia Vandenlin

CPF: 183.550.628-33

RG: 20.384.942-5

**Anexo I  
à Escritura**

**[●] ADITAMENTO AO  
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM  
GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA  
LINHARES GERAÇÃO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**LINHARES GERAÇÃO S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo, na Rodovia ES-010, km 117, Fazenda Ceará s/nº, distrito de Povoação, CEP 29914-555, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.472.905/0001-18, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia"); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4200, bloco 4, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

como Interveniente Garantidora e Fiadora, principal garantidora das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura:

**LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, 126, sala 501, Botafogo, CEP: 22270-010 inscrita no CNPJ sob o nº 10.375.812/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Fiadora" ou "Interveniente Garantidora");

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) a emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, cujas ata foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo ("JUCEES") em 12 de novembro de 2012, sob o nº [●], e publicada, em [●] de [●] de 2012, no DOESP e no jornal Notícia Agora;
- (ii) as Partes celebraram, em 12 de novembro de 2012, o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª

Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie quirografária, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação” (“Escritura”);

(iii) as Condições Suspensivas (conforme definidas na Escritura) mencionadas na Cláusula 4.1.7.1 da Escritura foram implementadas e, considerando a disposição da Cláusula 4.1.8.2 da Escritura, as Partes decidiram celebrar o presente [●] Aditamento para alterar determinados termos e condições da Escritura, nos termos aqui dispostos.

**RESOLVEM** as Partes aditar a Escritura, por meio do presente “[●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Linhares Geração S.A.” (“[●] Aditamento”), nos termos e condições abaixo.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

## **1. AUTORIZAÇÃO**

1.1. O presente [●] Aditamento é celebrado com base nas Cláusulas 1.2 e 4.1.8.2 da Escritura, não sendo necessária a realização de assembleia geral de debenturistas e/ou de assembleia geral extraordinária ou reunião do conselho de administração da Emissora para sua realização.

## **2. ARQUIVAMENTO DO ADITAMENTO**

2.1. Este Aditamento será arquivado na JUCEES, nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

## **3. ALTERAÇÕES**


3.1. As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.1.6.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.”*

3.2. As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.1.7.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.7.1 As Debêntures contarão com as seguintes garantias reais:*


(i) *alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Emissora, nos termos do Contrato de*



*Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia e Outras Avenças celebrado em 12 de novembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis");*

- (ii) *alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Emissora ("Ações") de titularidade da Interveniente Garantidora, assim como quaisquer novas ações de emissão da Emissora das quais a Interveniente Anuente venha a ser titular, sejam ordinárias ou preferenciais, resultantes de grupamento, desdobramento, bonificações, distribuição de dividendos com pagamento em ações, conversão de outros valores mobiliários, capitalização de lucros ou outras reservas, transformação ou alteração das características das Ações e direitos creditórios decorrentes da titularidade das Ações, bem como todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as Ações, em razão do cancelamento destas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças celebrado em 12 de novembro de 2012 entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e a Interveniente Garantidora ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações");*
- (iii) *alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Emissora, avaliado em R\$ 355.000.000,00, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças celebrado em 12 de novembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel"); e*
- (iv) *cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da autorização como produtor independente de energia elétrica emitida pelo Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria nº 103 de 4 de março de 2009 ("Autorização"), que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar, (i) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos CCEARs celebrados pela Emissora; e (ii) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação à conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças celebrado em 12 de novembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, os "Contratos de Garantia")."*

3.3. Ainda, por meio deste Aditamento, as Partes resolvem excluir as Cláusulas 4.1.8, 4.1.8.1, 4.1.8.2 e 4.1.8.3 da Escritura.



3.4. Por fim, as Partes concordam com a substituição da nomenclatura “quirografia” por “com garantia real” no corpo da Escritura, conforme aplicável.

#### 4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Todos os termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

4.2. Sem prejuízo de cobrança das Debêntures por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados com a interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos não solucionadas de como acordo entre a Emissora, e/ou o Agente Fiduciário representando a comunhão de interesse dos titulares das Debêntures dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação pela outra parte sobre o conflito (observados os prazos de cura previstos na Escritura) serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“Regulamento”), por tribunal composto por três árbitros, indicados de acordo com o citado Regulamento (“Tribunal Arbitral”). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas da Escritura e do presente Aditivo e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá as da Escritura e deste Aditamento (“Controvérsia”).

4.2.1. Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nas Debêntures, que serão substituídos pela arbitragem.

4.3. A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

4.4. A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

4.5. As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.



4.6 As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula 11 deverão ser arcadas pela parte que for vencida no procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela parte vencedora, e, se for dada procedência parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Linhares, [●] de [●] de 2012.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

